

TERRITÓRIO E SUAS RELAÇÕES HUMANAS NO MUNICÍPIO DE GARUVA

Anderson Gonçalves Leite¹; Christiano Nogueira².

GT2: Conflitos Socioambientais

Resumo

O objetivo deste trabalho foi entender as transformações do território do município de Garuva-SC considerando sua história, dinâmica social e possíveis conflitos originados pelo recente crescimento econômico. O tema justifica-se pela necessidade de refletir sobre como o avanço da industrialização, a expansão urbana e os empreendimentos portuários podem influenciar as comunidades tradicionais ali presentes há décadas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão de literatura e dados institucionais. Os resultados demonstram que Garuva possui uma ocupação marcada por povos originários, colônias agrícolas e assentamento da reforma agrária e passa por um processo acelerado de mudança na paisagem, no uso e ocupação do solo e nas relações sociais. A urbanização desordenada tem gerado impactos ambientais, e possíveis pressões sobre áreas legalmente protegidas e a invisibilidade de saberes e práticas culturais dos povos locais. As considerações finais reafirmam a necessidade de compreender o desenvolvimento de forma mais equitativa, considerando as populações envolvidas no processo de formação territorial. O estudo destacou que os territórios não são apenas espaços físicos, mas lugares vivos de luta, memória e identidade, onde muitos interesses e modos de vida devem ser reconhecidos e respeitados para construir um futuro mais sustentável e justo.

Palavras-chave: Territórios; Garuva-SC; Relações humanas.

¹ Mestre em Ensino das Ciências Ambientais e Doutorando em Desenvolvimento Territorial Sustentável; Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: andersongoncalves@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3803-7007>.

² Doutor em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande; Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: christiano@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2612-6624>

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Garuva, localizada no nordeste de Santa Catarina e inserida em um território de transição entre os litorais catarinense e paranaense, constitui um espaço carregado de significados históricos, culturais e ecológicos (GRACIANO *et al.*, 2024; VIEIRA, 2007). Desde os tempos mais remotos, quando era habitada por povos originários como os Guarani, até os processos mais recentes de colonização, extrativismo e assentamento da reforma agrária, Garuva se configura como um território marcado por múltiplas camadas de ocupação e resistência (LIMA, 2000; QUANDT, 2003, 2007; BORBA, 2013; SANTOS E VENDRAMINI, 2016). A presença da Mata Atlântica, das bacias hidrográficas e das práticas culturais tradicionais, ainda existentes, revela uma conexão entre as comunidades e o ambiente, que ultrapassa a lógica meramente utilitarista do território.

No entanto, nas últimas décadas, o município tem vivenciado um novo ciclo de transformação, impulsionado pelo avanço da industrialização, pela construção de infraestruturas logísticas ligadas ao porto de Itapoá e pela expansão imobiliária. Essa nova dinâmica, intensificada pela integração regional com o litoral paranaense, vem produzindo profundas alterações socioespaciais e ambientais em torno do uso e ocupação do solo, das de preservação e das possíveis desvalorização simbólica de modos de vida tradicionais no emaranhado crescimento regional.

Nesse contexto, esta pesquisa busca compreender como os processos históricos de ocupação do território de Garuva dialogam com os atuais conflitos socioambientais e também como essas comunidades tradicionais, como os cipozeiros, os assentados da reforma agrária e os povos indígenas que se encontram inseridos, e muitas vezes ameaçados, nesse cenário de crescimento econômico acelerado. Partimos da premissa de que os territórios não são apenas espaços geográficos, mas também campos de disputa de sentidos, memórias e futuros (HAESBAERT, 2004). Compreender Garuva sob essa perspectiva implica reconhecer que o desenvolvimento territorial precisa considerar os sujeitos que historicamente o constroem, e não apenas as demandas do mercado.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa destinou-se a uma análise qualitativa (SAMPIERI *et al.*, 2013) das relações humanas que estão inseridas no território e nas suas relações espaciais e geográficas que estão sofrendo modificações com avanço e crescimento econômico entre os litorais de SC e PR a

partir do olhar do município de Garuva-SC. Para compreender essas relações a análise buscou uma revisão de literatura a qual foi conduzida a partir das categorias tais como o processo histórico do município; as comunidades inseridas nos territórios e o processo de transição econômica. O banco de dados utilizado foi Google Acadêmico e Scielo com um buscador “Garuva/SC”, a escolha de um buscador se deu para evitar semelhanças, com bairros, outras cidades ou outros nomes de locais que poderiam dificultar o processo de filtragem. Outro critério de busca foi a exclusão do período de publicação com o intuito de buscar mais registros históricos possíveis.

Com os primeiros resultados das buscas os artigos passaram por um crivo de critérios de inclusão e exclusão retomando as categorias. Para tal foi iniciado as leituras dos títulos sendo alimentados em uma planilha, os artigos selecionados nesta etapa seguiram para leitura do resumo e após submetida a leitura mediante de pelo menos duas categorias em cada pesquisa as quais foram incluídos os seguintes trabalhos (ALMEIDA, 2007; ANTUNES e SOUZA, 2015; BOND, 2009; BORBA, 2013; COLAVITE e BARROS, 2009; COLAVITE e BARROS, 2017; CORRÊA, 2010; EHLKE, 1973; GRACIANO *et al.*, 2023; HARTMANN, 2015; HARTMANN, 2016; KATE e BANDEIRA, 2015; LIMA, 2000; MAACK, 1959; MEDEIROS, 2006; QUANDT, 2003; QUANDT, 2007; VIEIRA, 2007).

Para complementar a análise, foram consultados sites institucionais de órgãos públicos e privados envolvidos em projetos de implementação nos espaços geográficos estudados. Essas fontes incluem portais de prefeituras, governos estaduais e empresas com atuação nos litorais de SC e PR para compreender os projetos em andamentos e plano diretor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

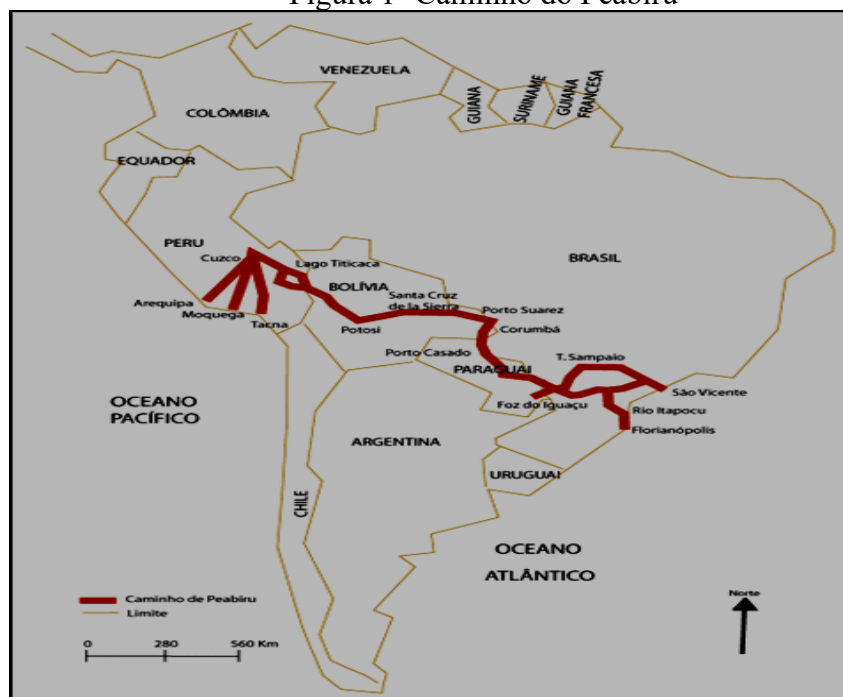
Os primeiros registros sobre a região onde está localizada a cidade de Garuva-SC, de acordo com Quandt (2003);(2007) dão conta que, por volta da metade de 1500 o então conhecido “*Cabeza de Vaca*” navegador espanhol e o expedidor Aleixo Garcia, teriam passado pela região do bairro Três Barras com número considerável de homens, as primeiras picadas teriam sido escolhidas pela proximidade entre as baías e a serra. De acordo com Lima (2000), antes mesmo da colonização europeia e dos registros de passagem pela região, a dimensão onde é a cidade, era habitada assim como a maior parte do litoral sul do país, pelos povos *Tupi Guarani*, indicativo que remonta ao nome dado a cidade de Garuva que significa “Árvore para fazer canoa”. Dentre os povos originários que habitavam a região litorânea entre Santa Catarina

e Paraná possui grande acervo de *Sambaquis*, uma cultura de pescadores e coletores que habitaram a região há seis mil anos (LIMA, 2000).

Graciano *et.al* (2023) em seu estudo sobre o patrimônio cultural da cidade de Garuva, constatam que ainda existem nos Bairros da cidade indícios não só dos restos dos sambaquis, mas também da arquitetura jesuítica em alguns pontos da cidade. Estes indicativos demonstram uma grande variedade de estudos, histórias e lendas e da heterogeneidade da formação do território. Assim como esta heterogeneidade, a indicação populacional e da caracterização da formação do município passaram por diversas transformações, de acordo com Vieira (2007) em meados de 1600 foi construída as primeiras picadas que ligavam onde hoje é o município a serra de Curitiba, este caminho conforme os estudos do autor por volta de 1800 foram pavimentados pela coroa portuguesa. O caminho é conhecido como “Escadaria do Monte Crista”.

Corrêa (2010) em seu estudo sobre o caminho do *Peabiru* destaca que os próximos séculos foram marcados por intensa transformação para região, localizada entre a serra e o mar. O caminho do *Peabiru* foi uma importante rota que ligava os Oceanos Pacífico ao Atlântico, por mais de 3 mil quilômetros de extensão, sendo utilizado por mercadores e principalmente pelos indígenas da etnia Guarani. O caminho do *Peabiru* de acordo com estudos de Vieira (2007) iniciavam mais ao norte do litoral de Santa Catarina e cortavam toda a extensão da América, conforme figura 1:

Figura 1- Caminho do Peabiru



Fonte: Colavite e Barros (2009) adaptado de Bond e Finco (2004)

De acordo com Maack (1959) o caminho serviu de porta de entrada para grandes rotas e desenvolvimento de povoados de diferentes etnias indígenas na parte litorânea do Paraná e Santa Catarina. Colavite e Barros (2017) destacam que o nome *Peabiru* se dava pela descrição de ser uma caminho largo e com diversas ramificações que sinalizaram locais seguros e tinham como principais guias os indígenas da região promovendo a ligação desta parte com o restante do território. Esta ligação se solidificou pela posição geográfica privilegiada, cercada pela mata atlântica localizada entre a serra e o mar, que de acordo com Ehlke (1973) foi com essa posição geográfica que se instalou a primeira colônia na parte onde hoje é o bairro de Três Barras. Idealizado pelo Francês Doutor François Jules de Murea, a estrada geral do Três Barras foi construída para ligar o acesso ao mar e a parte onde hoje é a cidade, com indicativo da construção de uma comunidade com ideais terapêuticas no ano de 1842 instalou a colônia Francesa, sendo o primeiro registro de ocupação do solo. A colônia, porém por motivos de adaptação à região, problemas com insetos, alimentação e falta de assistência acabou nos anos seguintes (BORBA, 2013).

De acordo com Borba (2013) os franceses que permaneceram no território passaram a viver da produção para subsistência, desenvolvendo modelos de trocas com demais integrantes que habitavam a região, estes primeiros povoados embora não obtivesse êxito, abriu novas possibilidades para interessados em morar na região, o quadro 2 exemplifica a linha do tempo da instalação do município:

Quadro 1 - Linha do tempo da instalação do município de Garuva

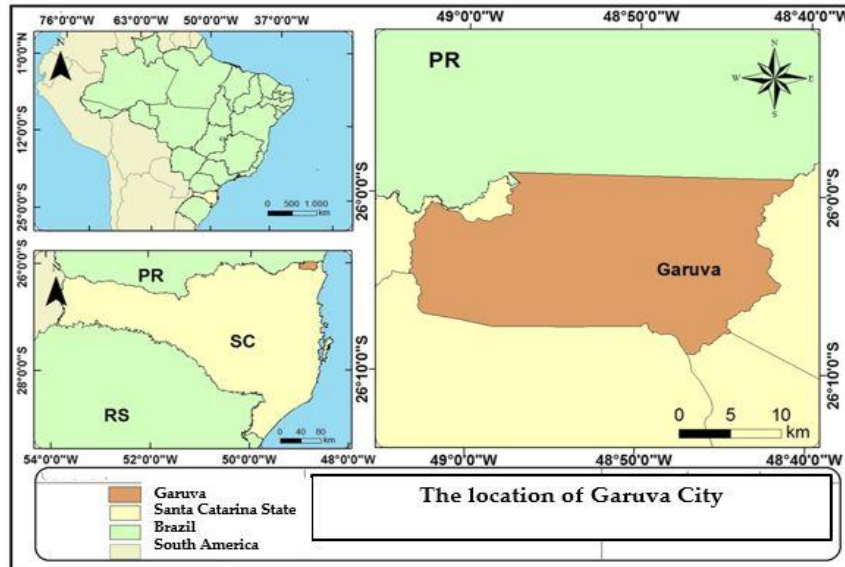
ANO	ACONTECIMENTO	PRINCIPAIS FIGURAS
Há aproximadamente 6.000 mil anos	ocupação pelos Povos Originários Sambaquis	Predominantemente Guaranis
Metade do século XV	Expedição para o Paraguai, passando pela bairro do Três Barras	Aleixo Garcia Álvar Núñez Cabeza de Vaca
Por volta de 1600	Primeira picada para a construção da escadaria do monte crista	A coroa Portuguesa
1777	Passagem da tropa portuguesa pela estrada de Três barras	Portugueses
1842	Instalação da Colônia francesa	Franceses
1848-1852	Primeiros registros de manutenção das picadas do monte crista e Colocação das pedras na escadaria	Presidente da Província de Santa Catarina-João José Coutinho

1914	Fundação de Garuva	Português Candido da Veiga
1919	Novos Franceses chegam na localidade de Palmital	Frances Edmund Paix
1920	Primeiros registros do extrativismo (Palmito, madeira e cipó) chegada de mais franceses no local	Monsieur René Peinnoit
1927	Criado o distrito de Garuva	Primeiro superintendente Alberto Schwartz
1963	Desmembramento de São Francisco do Sul e criação do Município de Garuva	Dórico Paese

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) com base em Vieira (2007); Bond (2009); Colavite e Barros (2007); Schmidlin (2022) Ehlke (1973).

Garuva que até no início do século XIX fazia parte do município de São Francisco do Sul, denominada como *Shay*, passou a caminhar no sentido de sua emancipação. As primeiras décadas foram de intensa movimentação para emancipação de município, tendo avanços quanto a formação do distrito de Garuva que foi criado em 1927 e teve seu primeiro superintendente. Da década de 1920 até sua emancipação em 1963 os registros dão conta que o município passou a ser povoado e se desenvolver com a predominância de imigrantes europeus e desenvolveu no seu espaço a cultura da agropecuária, da banana e do extrativismo de cipó, madeira e palmito. Localizado na região nordeste de Santa Catarina, a cidade de Garuva de acordo com dados do IBGE (2022) possui uma população de 18.545 habitantes, destes aproximadamente 77% são urbanos (e 23% rurais, é formada pelos bairros (Sol Nascente, Baraharas, Barrancos, Bom futuro, Palmital, Mina Velha, Três Barras, Urubuquara, Jardim Garuva, São João Abaixo, Quiriri, Vila Verde, Vila Trevo, Caovi, Garuva Acima, Rio da Onça, Monte Crista, Cavalinho) (VIEIRA, 2011).

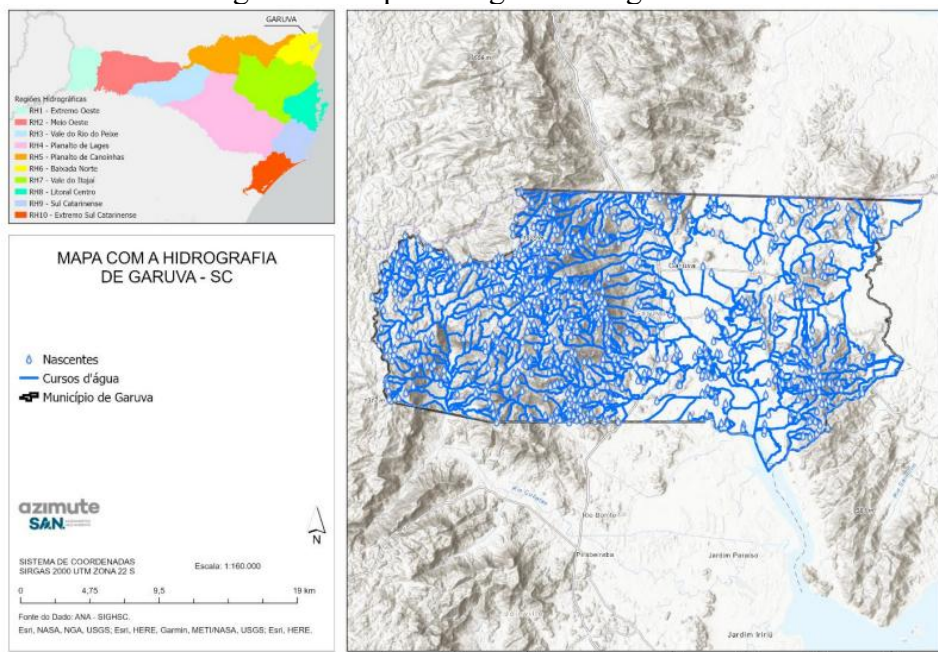
Figura 2 - Localização espacial da cidade de Garuva



Fonte: Santos e Machado (2020)

Dentro de suas características, Garuva é conhecida pela denominação de “Paraíso das águas” devido a sua quantidade expressiva de rios e afluentes, compondo também diversas bacias hidrográficas ao longo do seu território (SIMÕES, 2007).

Figura 3 - Mapa hidrográfico de garuva-SC



Fonte: AzimuteSAN (2022)

De acordo com Graciano *et al.* (2024) a bacia hidrográfica de Garuva possui grandes afluentes. A mata atlântica na região traz uma vasta variedade de fauna e flora, o Cipó Imbé compõem essa diversidade usada pelos povos originários, também é palco de conflitos territoriais e do extrativismo excessivo trazendo para o campo da regulamentação o uso

sustentável. Dentre as atividades econômicas centenárias desenvolvidas no município de Garuva está a da extração e confecção do artesanato de cipó imbé. A região envolta pela mata atlântica é propícia para grande quantidade de matéria prima. “Estima-se que no entorno de Garuva pelo menos 200 famílias tenham o artesanato com cipó imbé como fonte de renda” (HARTMANN, 2015, p.32). Esta fonte de renda está associada ao fato da grande quantidade de cipó na região:

O cipó-imbé é uma *liana hemiepífita* presente nos remanescentes florestais do litoral norte catarinense. Suas raízes adventícias são largamente utilizadas pelas comunidades tradicionais de Garuva na fabricação de artesanato (RAMOS *et al.*, 2017, p. 62).

A organização social dos cipozeiros gira em torno da produção familiar, de predominância rural as famílias dividem sua produção entre a extração e produção de artesanatos diversos que são vendidos para as demais regiões do país: “A produção, que vai para outros lugares do estado e também Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso é vendida para intermediários por um preço baixo, gerando necessidade de produção intensa (até 15 horas/dia de trabalho)” (HARTMANN, 2015, p.32).

Figura 4 - Árvore com Cipó Imbé



Fonte: Novak (2016)

Desde 2008 o município de Garuva trouxe a inovação quanto a regulamentação da atividade dos cipozeiros, fruto do projeto de parceria entre artesãos, administração pública, Empresa de Pesquisa e extensão rural (EPAGRI). O projeto tem como característica o mapeamento quanto a extração e preservação da espécie no município tendo como principal indicativo o manejo sustentável que: “tem como objetivos promover o fortalecimento identitário do grupo social, identificar situações de conflitos sociais e práticas tradicionais de uso do território” (ANTUNES e SOUZA, 2015, p.121). O mapeamento feito por meio da

cartografia levantou dados, como exemplo de famílias que vivem a mais de 50 anos desenvolvendo a atividade como artesão cipozeiros de cipó imbé (ALMEIDA, 2007).

Assim como os cipozeiros do município, o assentado Conquista no Litoral localizado no bairro Três Barras, também precisaram se afirmar no território. Uma das transformações que ficariam marcadas no município foi a instalação dos primeiros acampamentos do Movimento dos trabalhadores Rurais sem terra no município. Em 1990 instalou-se no bairro de Mina Velha no espaço cedido pela igreja o acampamento com aproximadamente 40 famílias (SANTOS e VENDRAMINI, 2016). Os anos seguintes foram de intenso conflito fundiário com ocupações de terra, despejos, morte e prisões, Uczai (2002) em seu livro sobre o papel de Dom José Gomes nos movimentos sociais, relata seu papel fundamental no despejo ocorrido na fazenda Carrapatinho em Garuva e a situação que as famílias se encontravam há época. Até que no ano de 1995 a administração municipal em conjunto com o instituto de colonização e Reforma agrária (INCRA), conseguiram a desapropriação de uma área de aproximadamente 93 hectares da antiga Malharia Arp e ali se instalou o Assentamento Conquista no Litoral (HARTMANN, 2016).

Como está especificado no nome o assentamento foi uma conquista no território frente a grande opressão fundiária e preconceito da população local. Hoje o assentamento possui aproximadamente vinte famílias que trabalham em sistema coletivo por meio da cooperativa “cooperconquista” que está ligada às cooperativas Terra Viva e Cooperdotchi. Esta ligação permite que o assentamento tenha grande potencialidade nas vendas institucionais (PNAE) e nas demandas de verdureiras e mercados da região, fornecendo produtos como: Alface, brócolis, repolho, salsinha, cebolinha, couve e demais folhosas (HARTMANN, 2016); (SANTOS e VENDRAMINI, 2016). Estruturalmente o assentamento possui 13 casas de tijolos ecológico, uma cozinha comunitária, vacas de leite, tanques de peixe para pesque-pague, estufas para as produções de hortaliças, galpões e caminhões para entrega de produtos na região.

Figura 5: Cozinha comunitária do assentamento



Fonte: conquistadolitoral.weebly (2024)

O assentamento tem se afirmado no território pela organização e cooperação entre seus membros, consolidando um modelo social de produção e convivência. No mesmo município do assentamento, entre as comunidades alternativas existentes no Brasil, destaca-se uma de grande relevância localizada em Garuva.

Criado sobre a ideologia da interação e preservação da ancestralidade e da relação com a natureza, a Pousada Monte Crista localizada no bairro de Três Barras aos pés da escadaria do monte crista, tornou-se um espaço para vivências e experiências de imersão ao meio da mata atlântica “ Como relaxamento, terapias, vivência e cerimônias: “Danças Circulares Sagradas”, “Águia Azul – A espiritualidade da Mãe-Terra” e “Ritos da Montanha – Subida ao Monte Crista com José Scussel³” (KAT e BANDEIRA, 2015, p. 62). Esta imersão está associada à relação com a aldeia Guarani da localidade de Urubuquara e pela união do instituto Manoa e da Associação Joinvilense de Montanhismo (AJM) que buscam por meio de suas iniciativas preservar a identidade do local, sua história e misticidade (KATE E BANDEIRA, 2015).

Figura 6 - Espaço Alternativo Monte Crista

³ José Scussel faleceu em 2016, mas o local ainda mantém as práticas.



Fonte: Pousada Monte Crista (2024)

Desde sua criação e idealização o espaço onde está localizada a pousada passa por diversas iniciativas de imersão, encontros místicos, cursos relacionados à interação com o meio, a busca pela conexão com a história sobre a montanha do monte crista, suas lendas sobre a escadaria e a pedra do guardião. De acordo com Bond (2009) a escadaria do Monte Crista ou Estrada que corta a montanha chamada de Monte Crista pela sua aparência com uma crista de galo, teria sido um importante caminho indígena, que dentre suas ramificações faziam parte do caminho do peabiru como já contextualizado, onde o mesmo teria início no canal do Itapocu em Araquari.

Porém a história da escadaria do Monte Crista, sempre despertou inúmeras lendas, histórias, desde a construção da estrutura pelos Incas, que não condiz pelos registros apresentados por Vieira (2007) sobre a construção pela coroa portuguesa, até lendas ligadas a seres de outro mundo. A influência indígena na região assim com sua influência como abordados na pousada Monte Crista se dá não só pela passagem dos povos originários mas pela presença dessa comunidade como é o exemplo da aldeia Yy Kã Porã que fica localizada no bairro Urubuquara no município, ocupando uma área de 37,4 ha próximo a BR 101, sua ocupação se deu em setembro de 2003 (MEDEIROS, 2006) marcadas pela sua agricultura e artesanato.

Figura 7- Aldeia Guarani na localidade Urubuquara



Fonte: Medeiros (2016)

A cultura indígena na região exerceu uma profunda influência na cultura local e regional, transcendendo as barreiras territoriais. Garuva, localizada na divisa com vários municípios, incluindo a cidade de Guaratuba, PR, situada no litoral paranaense, apresenta uma interação histórica e cultural significativa entre essas comunidades conforme figura 8, Essa presença indígena influenciou práticas cotidianas, formas de ocupação do território e aspectos simbólicos e linguísticos que ainda hoje podem ser observados na cultura local. As trocas entre comunidades, inclusive por rotas fluviais e trilhas antigas, reforçam a ideia de uma territorialidade dinâmica, marcada pelo contato e pelo intercâmbio cultural. Segundo Ribeiro (1995), os povos indígenas foram fundamentais na formação da identidade cultural brasileira, especialmente nas regiões onde mantiveram presença contínua e influência nas relações sociais e territoriais.

Figura 8- Garuva e as cidades limítrofes.



Fonte: litoral.inf (2016)

Os impactos ambientais não se limitam a essas fronteiras geográficas, considerando também a miscigenação cultural que pode ocorrer devido à proximidade com a região. O litoral do Paraná apresenta uma ampla diversidade de comunidades tradicionais ao longo de seu território. Essas comunidades, apesar dos desafios e das mudanças, têm adaptado suas práticas de subsistência diante das mudanças e das novas condições, enquanto buscam manter suas culturas e identidades.

Não se pode deixar de considerar os elementos culturais, comportamentais e tradicionais da comunidade, pois eles representam condições para que a comunidade se sinta representada, através da transferência de conhecimento, podendo assim criar estratégias para o funcionamento e desempenho dos diferentes atores, que possuem interesse em promover inovação local (GONÇALVES *et al.*, 2023, p.58)

Gonçalves *et al.* (2023) ao estudar a dinâmica do litoral paranaense destaca que as transformações das condições sociais e econômicas se dão principalmente pela resistência da permanência no território. Tanto as comunidades tradicionais ribeirinhas quanto os agricultores precisaram buscar saídas para as crises que se instalaram nas últimas décadas.

Os sistemas regionais de inovação surgem sob o ponto de vista de uma rede de pessoas que interagem em determinadas redes com o objetivo de promover um ambiente favorável à inovação, sendo necessário reconhecer a cultura de grupos, o local onde estão inseridos e suas interações para intencionar as melhorias necessárias na qualidade de vida da sua população. (GONÇALVES *et al.*, 2023, p.59).

Dentro dessa problemática de inovação local de acordo com Cazella *et al.* (2020, p.01): “Em meados dos anos 1990, a perspectiva do desenvolvimento territorial incorporou as noções de redes multi-atores e de intercooperação para apreender a realidade de experiências empíricas”. Foi assim que algumas comunidades do litoral paranaense lidaram com esses fatores de transformação ao longo do tempo, se adaptando frente às demandas econômicas e sociais que surgiam sem perder os aspectos culturais das comunidades. Esses territórios de SC e PR, ricos em comunidades dinâmicas, impulsionam o crescimento econômico, cada um com

suas características específicas, mas interligados entre si. Um exemplo é a duplicação da Rodovia Máximos Jamur ligando também com a PR-412 em Matinhos - PR e a nova ponte que está em construção em Guaratuba-PR, figura 9, destinada a facilitar o escoamento do futuro porto na cidade de Pontal do Paraná - PR e os portos de Santa Catarina.

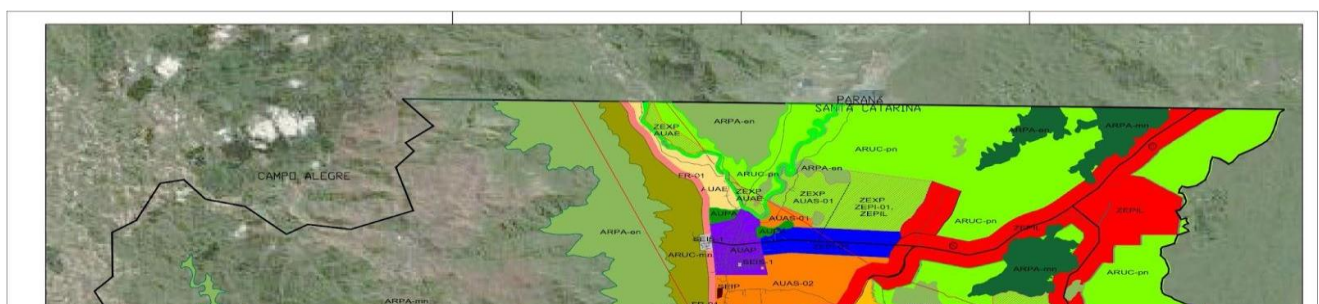
Figura 9- construção da ponte de Guaratuba e projeto de duplicação Guaratuba/Garuva



Fonte: Paraná (2023); Roberto Dziura Jr, AEN (2024) e DER (2024).

No litoral catarinense o porto de Itapoá -SC acelerou o processo de industrialização em Garuva, apresentando um crescimento econômico e populacional com as indústrias que estão se instalando no município, alterando predominantemente de uma economia agrícola para uma economia industrial com predominância as indústrias do setor de transformação, logística e varejo, além dos complexos industriais no setor imobiliário. Devido a essas transformações, a dinâmica e características foram se alterando como é o exemplo da modificação e ampliação de áreas de indústrias e retroportuárias nesta região conforme figura 10:

Figura 10- Mapa territorial de Garuva



Fonte: Prefeitura de Garuva (2024)

Figura 11- Legenda do mapa territorial

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS	LEGENDA	
Rodovia Federal	ARPA-mg Área Rural de Preservação dos Manguesais	
Rodovia Estadual	ARPA-mn Área Rural de Preservação dos Mananciais	
Rodovia Estadual	ARPA-en Área Rural de Preservação das Encostas	
Rodovia Contorno	ARUC-mn Área Rural de Uso Controlado dos Mananciais	
Limite Municipal	ARUC-pn Área Rural de Uso Controlado das Planícies	
Limite Estadual	AUAP- Area Urbana de Adensamento Prioritario	AUPA- Area Urbana de Protecao Ambiental
Gasoduto	AUAS- Area Urbana de Adensamento Secundario	ZEPI- Zona Especial de Predominancia Logistica
Rede de alta tensão	AUAE- Area Urbanade Adensamento Especial	ZEPI-01 Zona Especial de Predominância Industrial
Hidrografia Principal	AUAC- Area Urbana de Adensamento Controlado	ZEPI-02 Zona Especial de Predominancia Industrial
Logradouros	FR- Faixa Rodoviaria	ZEXP- Zonas de Expansão

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) adaptado de Prefeitura de Garuva (2024)

De acordo com a figura 10 é possível observar não apenas a localização geográfica das áreas industriais e retroportuárias, mas também a tendência de expansão dessas zonas em direção a regiões anteriormente ocupadas por usos rurais e áreas naturais. Esse mapeamento revela uma reconfiguração do espaço urbano e periurbano, onde a malha viária e a proximidade com eixos logísticos estratégicos orientam o avanço da ocupação. Além disso, o mapa permite visualizar como as novas áreas destinadas ao uso industrial se aproximam de zonas de preservação e áreas agrícolas, indicando um possível aumento na pressão ambiental e na competição pelo uso da terra.

Devido a esse crescimento populacional causado pelo processo desse avanço de empresas na região surge a especulação imobiliária, aumentando gradativamente a quantidade de loteamentos para abrigar os trabalhadores que estão migrando para a cidade. Um destes é o loteamento *Boulevard Garden* está localizado no bairro São João Abaixo compondo uma das localidades com grande influências dos produtores, predominantemente com a monocultura da

banana, outro marco desse loteamento é a sua proximidade com Guaratuba-PR que por sua vez utiliza-se a relação de território com os limites da cidade para a intensificação das áreas e o afastamento da responsabilidade do impacto ambiental em suas produções. Na figura 12 é possível observar o impacto ambiental, antes e após o loteamento, uma área sem o devido olhar crítico passa despercebido frente sua predominância verde, no entanto, boa parte dela é fruto da expansão agrícola, com grandes áreas com plantações de pupunha e banana criando um ligamento que beira a Área de Preservação Ambiental - APA⁴ de Guaratuba.

Figura 12 - Loteamento *Boulevard Garden*



Fonte: Loteadora Precisão (2023)

Parte do loteamento está finalizada, faltando um recorte de um morro e a sua conexão com outro loteamento voltado para área industrial, criando assim, um bairro dormitório para alicerçar as empresas que estão se formando na região. Todas essas mudanças indiretamente e diretamente podem alterar as relações com a natureza e com ela as cosmovisões vão sendo aos poucos modificadas nesse território com está evidente a substituição da vegetação original por usos urbanos e agrícolas. A comparação entre o antes e o depois do loteamento evidencia não apenas a perda de cobertura vegetal, mas também a fragmentação da paisagem e a redução das áreas de conectividade ecológica. Essa visualização reforça a percepção de que o processo de urbanização, quando articulado à expansão agrícola, pode gerar efeitos cumulativos sobre a biodiversidade e sobre os serviços ecossistêmicos, como a regulação hídrica e a estabilidade do solo. Além disso, a proximidade do loteamento com áreas de preservação sugere um risco potencial de degradação ambiental indireta, seja por aumento da poluição difusa, pressão sobre recursos hídricos ou intensificação do uso do solo nas bordas da APA.

⁴ A Área de Proteção Ambiental “é uma área de conservação que permite a utilização pública e privada desde que se respeite as prerrogativas existentes no aspectos legais que asseguram a garantia e continuidade da preservação da área” (LEITE, 2023, p. 28)

Diante dessas transformações intensas no território de Garuva, é evidente que o avanço das frentes industriais e imobiliárias, articuladas à infraestrutura logística regional, impõe novas pressões sobre o meio ambiente e as comunidades locais. O modelo de crescimento observado, pautado pela lógica da ocupação acelerada e pela valorização mercadológica da terra, coloca em risco não apenas os ecossistemas da Mata Atlântica e os mananciais hídricos, mas também as formas de vida, os saberes e os modos de habitar historicamente consolidados pelas populações tradicionais.

Os conflitos socioambientais em Garuva-SC emergem do avanço da industrialização e da especulação imobiliária, que pressionam os territórios tradicionais e as práticas culturais das comunidades locais. Um exemplo marcante é a exploração do cipó imbé, essencial para o artesanato das comunidades cipozeiras (ALMEIDA, 2007; SIMÕES, 2007). A intensificação da perda da biodiversidade pela expansão industrial, pode levar à escassez do recurso, gerando disputas entre cipozeiros e empresas que se instalam. Essas tensões evidenciam a "invisibilidade de saberes" (HARTMANN, 2015), pois o conhecimento tradicional sobre o manejo sustentável do cipó é desvalorizado frente a práticas econômicas atuais impactando a identidade cultural e a subsistência dessas comunidades (VIEIRA *et al.*, 2014).

Outro conflito relevante ocorre no entorno do Monte Crista, área de espiritualidade e ancestralidade para comunidades tradicionais (KATE; BANDEIRA, 2015). A especulação imobiliária e a expansão de empreendimentos turísticos ameaçam a integridade desse espaço, configurando "campos de disputa" onde interesses econômicos confrontam práticas culturais e espirituais. As comunidades locais, incluindo povos indígenas e assentados do Assentamento Conquista no Litoral (HARTMANN, 2016), resistem por meio de mobilizações coletivas, como mutirões e articulações com movimentos sociais, para preservar o acesso ao território e seus recursos naturais (SANTOS; VENDRAMINI, 2016). Essas estratégias buscam contrapor a desterritorialização (HAESBAERT, 2004). Esses conflitos, portanto, refletem não apenas disputas por recursos, mas também a luta por reconhecimento cultural e territorial em Garuva.

5 CONCLUSÃO

A análise histórica, territorial e cultural do município de Garuva-SC e litoral do PR revelam um espaço de intensas transformações de ocupação humana dos povos originários aos assentamentos rurais e aos empreendimentos industriais contemporâneos. Ao longo do tempo, a região consolidou-se como um espaço geográfico estratégico entre os litorais de Santa Catarina e Paraná, e que sua localização privilegiada entre os grandes projetos e portos

impulsiona atualmente um acelerado processo de crescimento econômico pela industrialização, urbanização e especulação imobiliária.

No entanto, esse processo de expansão econômica não ocorre de forma neutra ou harmônica. Ele é atravessado por conflitos socioambientais profundos e muitas vezes imperceptíveis ao senso comum, sobretudo nas áreas onde comunidades tradicionais, como os cipozeiros, os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e as populações indígenas, se afirmam como sujeitos históricos e territoriais. Essas comunidades, longe de serem obstáculos ao desenvolvimento. A intensificação da ocupação do solo, a criação de loteamentos em áreas sensíveis e a instalação de empreendimentos industriais e retroportuários alteram de forma significativa a paisagem, o clima local, os recursos hídricos e a biodiversidade. Além disso, promovem o deslocamento simbólico e físico dessas populações e que muitas vezes não são respeitados nos planos de desenvolvimento urbano e econômico.

Portanto, pensar o futuro de Garuva e da região litorânea onde está inserida exige mais do que planejar infraestrutura e atrair investimentos é necessário incluir, respeitar e valorizar as comunidades que historicamente compõem esse território. A construção desse futuro depende de uma abordagem intersetorial e dialógica, que reconheça os conflitos, mas também as potências dos territórios em disputa, promovendo alianças entre saberes, práticas e visões de mundo capazes de reconfigurar o desenvolvimento sob bases mais solidárias, sustentáveis e inclusivas.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina. Florianópolis: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

ANTUNES, P. F.; SOUZA, M. P. de. Cartografia social e manejo sustentável de cipó imbé no município de Garuva/SC. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA**, 16., 2015, Presidente Prudente. Anais [...]. Presidente Prudente: UNESP, 2015. p. 121.

BOND, A. R. **Monte Crista: histórias e lendas de um lugar mágico**. Joinville: Letra D'água, 2009.

BORBA, C. P. **Colônia francesa de Garuva: Memórias da tentativa de colonização e os vestígios culturais**. Garuva: Ed. do Autor, 2013.

COLAVITE, D. A.; BARROS, J. C. de. Caminhos antigos: o Peabiru e os contatos interétnicos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 201–226, 2009.

COLAVITE, A. P.; BARROS, M. V. F. Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de peabiru. **Revista Da ANPEGE**, V.5.2017.

CORRÊA, R. L. O caminho do Peabiru: rota indígena e os contatos culturais. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

EHLKE, C. **A conquista do planalto catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

GRACIANO, M.G; GUSSO, L.C.S; BANDEIRA, D.R; AZEVEDO, J. A proteção do patrimônio arqueológico, na cidade de Garuva-SC: Uma análise de sua integridade e a competência dos entes federados na sua preservação. **Revista do Ministério Público do RS**. Porto Alegre. nº 94. 2023.

HARTMANN, T. C. Cipó Imbé e saberes tradicionais: economia solidária e resistência cultural em Garuva/SC. Joinville: UDESC, 2015.

HARTMANN, T. C. Assentamento Conquista no Litoral: história e produção coletiva. Joinville: UDESC, 2016.

HARTMANN, T. C. **O Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar no Nordeste Catarinense (Joinville e Garuva)**. Joinville: UDESC, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KATE, K.; BANDEIRA, L. P. Monte Crista: espiritualidade, natureza e ancestralidade. In: BANDEIRA, L. P.; KATE, K. (org.). **Saberes da mata atlântica: práticas e espiritualidades**. São Paulo: Gaia, 2015. p. 59–68.

LIMA, J. M. de. **Povos indígenas do sul do Brasil: trajetória histórica e resistência cultural**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

LEITE, A. G. **Relato de Experiência Vivências Transformadoras**. 2023, 32f. Trabalho de conclusão de Curso Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar. Universidade Federal do Paraná, 2023.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

MEDEIROS, L. **Aldeia Yy Kã Porã: identidade, resistência e ocupação territorial Guarani no litoral sul**. Curitiba: EdUFPR, 2006.

QUANDT, O. R. História de Garuva: dos povos originários à emancipação. Joinville: Letra D'água, 2003.

QUANDT, O. R. **Cabeza de Vaca e o Peabiru**. Joinville: Ed. letradágua, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, A. C.; VENDRAMINI, C.R. **A organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral em Santa Catarina.** Formação humana e reforma agrária : reflexões sobre práticas formativas e suas relações com as lutas sociais / Mauro Tilton (Organizador). Tubarão : Ed. Copiart, 2016.

SIMÕES, M.B.A. **Tecnologias Produtivas, Design e Pesquisa Participativa:** Estudo de Caso do Artesanato de Cipó Imbé em Garuva -SC. Pesquisa, Florianópolis, v.2, n.4, p. 370-378, 2007.

VIEIRA, G. **Porto Barrancos, Berço de Garuva:** Decorrências históricas no processo de colonização da Península do Sahy e nas localidades das Três Barras, Palmital e Barrancos.. 1. ed. Joinville: Letrad'água, 2007.

VIEIRA, P. M.; TREVISAN, A. C. D.; FANTINI, A.C. A extração de raízes aéreas de imbé (Philodendron corcovadense) em Garuva, Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia.** 9(2): 173-184 (2014)